

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

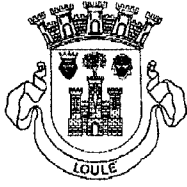
Ata n.º 3/2017 Sessão Comemorativa dos 43 anos do 25 de Abril

Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de dois mil e dezassete, pelas onze horas, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Comemorativa dos 43 Anos do 25 de Abril, convocada ao abrigo do artigo 70º do Regimento, presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Adriano Lopes Gomes Pimpão**, com a seguinte Lista de Presenças: -----

-----**Lista de Presenças:**-----

16 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Hermes Luis de Brito Alberto, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Rosana Corga Fernandes Durão, Fernando Pereira Marques, Miguel Ângelo Gonçalves Teixeira Fernandes, Fábio Miguel Cortes Nobre, José Avelino Guerreiro Narciso, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente);-----

15 Deputados Municipais do PSD - Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Jorge Manuel Guerreiro dos Santos, Fábio Manuel da Silva Bota, Irina Alexandra Mendes Martins, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Duarte José de Sousa Duarte, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Miguel Baião da Encarnação, Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Deodato Martins



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

João (Presidente da Junta de Freguesia de Salar), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim)----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal da CDU - Tiago Carneiro Jacinto; -----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: -----

Os deputados municipais do PS, Fernando Domingos dos Santos, não se fez substituir, Rebeca Porto Martins, substituída respetivamente por José Avelino Guerreiro Narciso, Dinarte Luis Brás, não se fez substituir;-----

Os deputados municipais do PSD, João Carlos Dias dos Santos, foi substituído respetivamente por Miguel Baião da Encarnação, Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), não se fez representar.-----

A deputada municipal da CDU, Carla Sofia Osório Gomes, foi substituída respetivamente por Tiago Carneiro Jacinto.-----

Os deputados municipais do PS, Fernando Domingos dos Santos e Dinarte Luis Brás, não estiveram presentes nem se fizeram representar pelos seus substitutos legais;-----

A deputada municipal do PSD, Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte, não esteve presente nem se fez representar pelo seu substituto legal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Adriano Pimpão, abriu a sessão saudando os presentes, referindo-se ao programa da Sessão Comemorativa dos 43 Anos do 25 de Abril; -----

Finalizado o seu discurso o senhor Presidente da Assembleia Municipal, convidou todos os presentes a cantarem a música Grândola Vila Morena de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Zeca Afonso.-----

Posteriormente, usaram da palavra, os representantes dos Grupos Municipais como se segue:-----

- Representante do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda (BE), Senhor Deputado Carlos José da Silva Martins;-----

- Representante do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU), Senhor Deputado Tiago Carneiro Jacinto;-----

- Representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD), Senhor Deputado Fábio Manuel da Silva Bota;-----

- Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista (PS), Senhor Deputado Vitor Cristiano da Piedade Ferreira;-----

Por fim usou da palavra, nos termos legais e regimentais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vitor Aleixo;-----

Pelas doze horas e vinte cinco minutos após a audição do Hino Nacional, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Adriano Pimpão, deu por encerrada a sessão;-----

O teor das intervenções são transcritas em anexo a esta Ata, dela fazendo parte integrante.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1.ª SECRETÁRIA

A 2.ª SECRETÁRIA

Adriano Pimpão

Helise B

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Discurso Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputadas, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, membros desta Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores e senhoras Vereadoras,

Senhores convidados, minhas senhoras e meus senhores,

Bem vindos a esta Casa da Democracia, no dia que se celebra o Dia do Sonho, do Sonho da Mudança, da Liberdade e da Autonomia do Cidadão como ser presente, criativo, crítico que quer construir um futuro com emprego, investimento, cultura, segurança para si e para os seus concidadãos.

A Assembleia Municipal de Loulé, decidiu por proposta da Comissão Permanente, dar uma especial relevância nesta comemoração do 25 de Abril ao tema da “Descentralização”.

Esta opção tem a ver com a preocupação de dar conteúdo ao significado político desta data e da sua concretização ao nível da qualidade de vida e da autonomia das populações.

A Constituição da República Portuguesa, no seu art.º 96.º, nº1 apresenta claramente o conceito que deve presidir à liberdade e autonomia no Estado Unitário:

“O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime automático insular e os princípios da subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”.

Este preceito constitucional é duma grande importância política e até doutrinária porque liga o Estado como entidade unitária à existência da autonomia das autarquias locais e à descentralização. Se refletirmos na nossa história e na nossa tradição centralizadora como argumento para a defesa do Estado e da unidade do País, vemos quão difícil é o caminho reformista da modernização do Estado. Porque é disso que falamos quando ligamos o processo de transferência de competências (leia-se poder) a uma maior eficiência na afetação de recursos públicos.

Essa é outra faceta menos conhecida e discutida do potencial da Reforma do Estado a partir da Administração Local. Não que os decisores políticos locais sejam mais lúcidos que os decisores a nível central. Mas estão mais próximos dos eleitos, percebe melhor as suas necessidades e são avaliados de forma mais direta.

Não tenho dúvidas que os dinheiros públicos podem ser mais bem geridos a nível local. Em termos globais temos indicadores que apontam nesse sentido.

A Administração Local no seu conjunto apresentou quase sempre excedente nas contas públicas e tem também apresentado uma descida vigorosa do nível de dívida pública.

Isto é, se não fosse o contributo das Autarquias Locais, o défice da Administração Pública Portuguesa seria maior e talvez não estivéssemos tão perto de sair do Procedimento dos Défices Excessivos.

O Estado a nível local está assim corporizado nas Autarquias com mérito relativo positivo.

As populações sentem-se protegidas nos momentos mais difíceis e os autarcas podem ser os políticos mais ativos no combate ao populismo. O populismo cresce nos sistemas políticos e que os problemas concretos dos cidadãos não são valorizados de forma eficaz. Aí os iluminados aparecem normalmente como a salvação ilusória.

No sistema tendencialmente descentralizado, como aquele que queremos que vigore em Portugal, o populismo não consegue criar raízes. Mas não basta.

Chegados a este ponto, temos pela frente um novo desafio. Não só o processo de transferência de competências do Estado Central para os Municípios, deve ser aprofundado como dentro de cada município se deve adotar o mesmo procedimento descentralizador para as Freguesias.

Para além da eficiência se acentuar com a aplicação do princípio de descentralizar para níveis mais próximos dos cidadãos, tal é inevitável numa sociedade em que as pessoas são mais qualificadas e mais informadas e por isso mais exigentes na qualidade do serviço público, mas também na prontidão da sua provisão.

Sabemos que existem problemas de capacidade e de escala, que são o grande argumento dos políticos céticos, pela transferência de competências. É um argumento que se repete ao longo da História: foi assim no momento de abolir a escravatura, foi assim nos processos de descentralização, na criação das Regiões Autónomas, na gestão de fundos comunitários pelas Associações de Municípios, no momento de aumentar as competências municipais e será assim no processo de fortalecimento das competências das Freguesias.

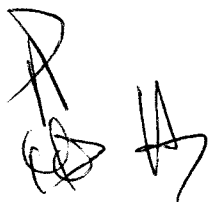
Paralelamente a este processo irreversível porque natural, urge um outro processo, o de organização da Administração Pública Local. Em Portugal o problema de produtividade está mais na organização e gestão que ao nível do fator trabalho.

Por isso a Reforma da Administração proporcionada pela descentralização deve ser acompanhada por um "Simplex" Local. As Autarquias poderão ser os grandes artífices duma nova fase de interação Estado-Cidadão, construindo um sistema baseado numa plataforma de confiança, a única que permitirá pôr o Estado ao serviço do progresso, do desenvolvimento e do bem estar dos cidadãos, que são afinal o sustentáculo legítimo e democrático desse mesmo Estado.

Permitam-me Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, que manifeste a minha satisfação pela capacidade demonstrada pelos eleitos locais desta Assembleia, na defesa duma relação mais equilibrada nos deveres entre a administração e os munícipes. Esta relação deve ser cooperativa ao nível da produção legislativa e na configuração do sistema que conduza ao cumprimento das obrigações dos munícipes, mas também ao nível dos critérios interpretativos das normas.

A recente discussão do RMUE e do Regulamento do PDM demonstrou a importância desta nova forma de abertura da administração e da intervenção política e cívica a vários níveis. A relação cooperativa opõe-se à relação da litigância tradicional na nossa administração pública em que os quatro C (cooperação, coordenação, comunicação e consenso) devem ser os pilares daquela relação.

Para serem realistas as Reformas têm de ser eficazes e realizáveis. A descentralização será, com certeza, no quadro da nossa administração o grande instrumento de mudança.



Minhas Senhoras e meus Senhores,

As Revoluções começam por ser ideias e ideais. A seguir, se não forem tratar dos problemas concretos dos cidadãos morrem!

Não queremos que isso aconteça no concelho de Loulé, não queremos que tal aconteça em Portugal. Vamos todos trabalhar em conjunto pela modernização do Estado a nível local.

Termino, com um grande abraço de fraternidade.

Viva a Liberdade, Viva Loulé, Viva Portugal.

Muito obrigado.

Handwritten signature of Adriano Pinheiro in black ink, with a horizontal line underneath the name.



SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ COMEMORATIVA DOS 43 ANOS DO 25 DE ABRIL

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs e Sras Deputados Municipais
Sr. Presidente da Câmara e restantes membros dos órgãos autárquicos
Autoridades convidadas. Minhas Senhoras e Meus Senhores

Comemoramos nesta data 43º Aniversário do 25 de Abril - Dia da Liberdade.

Muitas foram as conquistas e as liberdades alcançadas com a Revolução dos Cravos, eleições livres e democráticas por sufrágio universal e directo e um Poder Local, que constitui a mais importante e significativa transformação da sociedade democrática.

Entre as muitas conquistas de Abril, o Poder Local Democrático, é sem dúvida uma das mais generosas promessas de descentralização e de proximidade com as populações, respondendo com maior celeridade e eficácia à diversidade de problemas e situações na vida quotidiana dos nossos cidadãos.

Foi um pequeno passo de partilha de delegação de competências do Poder Central, num país extremamente centralista desde a reorganização administrativa feita no séc. XIX e reforçada pelo controlo absoluto da vida cívica e institucional imposto pela ditadura do Estado Novo.

Ao longo de 40 anos o Poder Local Democrático, assumido pelos Municípios e Freguesias foi progressivamente ganhando novas competências que se alargaram do planeamento e ordenamento do território às acessibilidades, nomeadamente à cultura, à educação, à ação social, à saúde, ao ambiente e aos tempos livres.

Temos uma Constituição da República Portuguesa (aprovada a 2 de Abril de 1976), onde estão consignados os direitos, **Liberdades** e garantias dos cidadãos; a **Igualdade**, de todos perante a lei; da **Fraternidade**, na redução das desigualdades, bem como na solidariedade, visando eliminar assimetrias entre as populações dos grandes centros urbanos, litoral e o interior, o papel das autonomias regionais e da autonomia local, conferindo-lhes expressão democrática e permitindo às populações assumirem a gestão dos seus próprios interesses.

Hoje, temos uma democracia madura, que evoluiu e que se consolida passo a passo, que o Bloco de Esquerda, consciente das responsabilidades governativas que hoje partilha com o Partido Socialista e o Partido Comunista, se faz ouvir nesta Sessão de Honra sobre o tema da Descentralização.

VAMOS FAZER O QUE AINDA NÃO FOI FEITO – DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

Tema actual, pois encontram-se em debate na AR um conjunto importante, de projectos de lei e propostas de resolução, apresentados pelo governo e também, pelos partidos da oposição, com vista à transferência de competências para os municípios, CIM - Comunidade Intermunicipal e CCDRs.

A proposta apresentada é a do governo e a lei quadro para a transferência de competências para os municípios nas áreas, entre outras, da educação, saúde (cuidados primários e continuados), ação social (com a rede social), transportes, cultura, habitação, proteção civil, segurança pública, áreas portuárias e marítimas e gestão florestal, foi discutida na Assembleia da República no passado mês de Março.

O que está em discussão é a lei-quadro, que é genérica, mas que contém um conjunto de conceitos (e propostas) com os quais discordamos.

Mas a nossa maior preocupação é a de se pretender fazer uma descentralização administrativa, sem ter a perspectiva de melhorar a qualidade da democracia, ao não ser acompanhada de mecanismos de participação e envolvimento das populações relativamente às políticas locais e regionais que lhes dizem respeito, não visando melhorar a transparência, o acesso à informação, e o exercício da liberdade individual e coletiva que são a génese da Democracia conquistada naquela manhã libertadora de Abril.

Esta descentralização pretendida não parece por isso respeitar plenamente o artigo 6º da nossa Constituição da República, que refere claramente que o estado unitário deve respeitar na sua organização e funcionamento os princípios da subsidiariedade e da descentralização democrática da Administração Pública.

“Descentralização sem democracia é centralização no presidente da câmara”

O Bloco não concorda que os municípios sejam o centro da prestação de serviços públicos, e dúvida que estejamos preparados para um conjunto de funções tão ambiciosas, para além de que a proposta confere aos municípios uma excessiva concentração de poderes que tem a ver com a universalidade do Estado social.

A cultura, a educação, a saúde são sempre momentos de intervenção social. E em termos autárquicos temos de conseguir proporcionar abertura para que **todos** possam chegar, participar, e que esses momentos tenham reflexo nos tempos que não-de vir.

É por isso que vemos com alguma reserva e natural perplexidade a decisão do Governo de atribuir a gestão destes equipamentos às autarquias, independentemente de outras considerações mais ligadas ao financiamento dessa gestão.

O Bloco de Esquerda pensa que deve haver uma visão sistémica integrada, uma visão não só programática, mas também ideológica que garanta a universalidade e a pluralidade da produção do conhecimento, da sua divulgação e da qualidade e imparcialidade dos agentes e dos profissionais que nele trabalham e operam em sociedade.

É mais fácil impedir ao caciquismo e clientelismo próprio dos regionalismos quando quem decide se encontra noutras geografias.

É por isso e como já afirmámos “fazia todo sentido que o Governo se entendesse com a esquerda neste processo de descentralização”, apontando os riscos do PS e do PSD caminharem no sentido do “conceito de descentralização que o ex-ministro Miguel Relvas tinha”.

Quando se municipaliza a educação, a saúde, a cultura, a segurança social, as infraestruturas, o que estamos a fazer é a entregar às autarquias equipamentos serviços que as autarquias tenham capacidade de gerir, quando 70% têm menos de 30 mil habitantes?

Devido a essa previsível incapacidade dos municípios, por falta de escala para acolherem essas competências, o que vai acontecer é um processo de privatização, de ‘outsourcing’

dessas funções, porque essa escala vai ser adquirida através de empresas que vão juntar vários municípios.

E o Bloco de Esquerda nunca poderá defender a privatização das obrigações sociais do Estado. Isso é muito claro para nós.

É óbvio que não defendemos que o Diretor ou Diretora de uma escola, ou de um museu ou de um centro de saúde, dependam de uma autorização ministerial para reparar uma fuga de água, pintar um bloco de salas de aula ou dar corpo a uma instalação/exposição/função.

Defendemos maior autonomia orçamental, controle, rigor científico e reporte dentro de um quadro de responsabilidade.

Mas o que nos parece que pode acontecer será um alijar de responsabilidades que mais tarde ou mais cedo se traduzirão numa incapacidade municipal para gerir todas as novas competências, por manifesta incompetência da infraestrutura técnico-profissional, tecnológica, física e filosófica que devem ser subjacentes à delegação de poder.

Por último, receamos que esta descentralização venha colocar em causa a universalidade do serviço público, com cidadãos tratados de forma desigual, e vejamos surgir em alguns municípios do continente, e no Algarve em particular, uma nova espécie de sub-sub-secretários de estado da educação, da saúde, da cultura, da segurança social...

Esta convicção consubstancia-se no caso da designada "lei Relvas" que, administrativamente, impôs a fusão de freguesias, que importa repensar com a participação das populações em possíveis referendos locais, e que, quatro anos passados, se confirma que não serviu para a diminuição dos custos de funcionamento das freguesias (algo que era considerado como seu grande objetivo...), nem para se aumentarem, como era prometido, as competências destes órgãos locais de base.

Antes pelo contrário, e como está comprovado em diversos estudos, os custos de funcionamento aumentaram, a proximidade aos cidadãos diminuiu e os equipamentos geridos pelas juntas de freguesia estão longe de ser mais eficientes.

Continuamos a acreditar que será desejável a regionalização como instrumento de descentralização democrática e de desenvolvimento regional do nosso país, como acontece na generalidade dos nossos parceiros europeus, mas como todos sabemos este caminho foi inviabilizado com o referendo realizado em 1998.

Acreditamos que o processo de descentralização deve ser um instrumento para conferir mais capacidade de participação e de decisão às populações sobre as opções e os caminhos de desenvolvimento equilibrado do território e das diversas regiões, não pode ser um mero esquema de "municipalização" das responsabilidades e competências do estado.

Admitimos no entanto a possibilidade de criação de Regiões Administrativas, ou de Autarquias Metropolitanas, como lhe chamou o PCP, adaptada que seja a Lei das Finanças Locais a esta nova realidade.

Parece-nos uma solução que proporcionará o apoio faseado que as Autarquias precisam para enfrentar este desafio estruturante. Tendo como pilar "a universalidade dos serviços públicos" e impedimento de privatizações no processo de descentralização de competências para os municípios.

Termino saudando Abril, esse tempo mágico de esperança e promessa de um tempo novo, partilhando convosco as palavras de Sophia de Mello Breyner e Andressen.



Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

Assembleia Municipal de Loulé
Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins



Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhor(a) Representante da Associação 25 de Abril

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Demais entidades presentes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Hoje, passados 43 anos, comemoramos mais um aniversário da Revolução de Abril que derrubou o regime fascista e conquistou a liberdade e a democracia. Como refere o Programa do PCP «Uma Democracia Avançada – os valores de Abril no futuro de Portugal», «a Revolução de Abril constitui uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional» que realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais.

Foi no dia 25 de Abril de 1974 que o Povo Português emergiu de um dos mais negros períodos da sua História. Hoje aqui estamos a celebrar a Revolução de Abril, aqui estamos a comemorar essa realização ímpar da luta do povo português.

O 25 de Abril de 1974 não foi apenas um dia. Foi o resultado de décadas de luta abnegada, corajosa e perseverante do povo português que, mesmo nas condições mais adversas, mesmo sob o jugo da censura, da tortura e da repressão mais brutais, construiu o caminho da revolução. A todos esses combatentes democratas e antifascistas, a nossa sentida homenagem e o nosso reconhecimento!

A classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas – unidos na aliança Povo-MFA – desempenharam um papel fundamental em todas as conquistas democráticas, que foram depois consagradas na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, e que são hoje assimiladas como naturais, são parte de um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e do povo que o fascismo sonegou durante décadas e que é preciso continuar a defender.

Comemoramos o 25 de Abril num tempo marcado por uma situação internacional bastante instável e muito perigosa. Os desenvolvimentos negativos mais recentes promovidos pelo imperialismo, que estão a resultar no agravamento de tensões, conflitos e agressões, nomeadamente na Síria,

Turquia, Afeganistão, península da Coreia, América Latina (em particular, na Venezuela) e Palestina, acrescentam novos focos e sinais de instabilidade e incerteza.

Trata-se duma situação que exige, mais do que nunca, o empenho numa solução pacífica dos conflitos no quadro duma política de paz, amizade e cooperação entre os povos, princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa com a Revolução de Abril e desde sempre defendidos pelo PCP.

Por isto, importa ter presente, nas comemorações do 25 de Abril, o valor da Paz e projectá-lo na jornada do 1.º de Maio e na luta de massas do presente e do futuro.

Mas comemorar o 25 de Abril é também assumir o valor da luta pela reposição, defesa e conquista de direitos reclamando respostas para os problemas mais imediatos dos trabalhadores e do povo, pela recuperação de rendimentos e direitos que décadas de política de direita (em particular, os quatro anos de exploração, empobrecimento e declínio nacional do anterior Governo PSD/CDS) e trinta anos de integração capitalista europeia confiscaram ao povo português.

Comemorar o 25 de Abril é lutar, ao mesmo tempo, pela ruptura com a política de direita e com os constrangimentos externos que impedem o desenvolvimento soberano do País e lutar por uma política patriótica e de esquerda que assuma a produção nacional e o seu aumento enquanto condição de independência económica e promoção de emprego; que valorize o trabalho e os trabalhadores; que liberte o País da submissão ao Euro; que promova a renegociação da dívida e a recuperação do controlo público da banca; que recupere a soberania monetária e orçamental; que liberte recursos para o investimento público; que melhore os serviços públicos e reforce as funções sociais do Estado, nomeadamente em relação à saúde, à educação, à segurança social e à habitação.

Comemorar o 25 de Abril é defender, afirmar e projectar os seus valores no contexto de uma democracia avançada como parte indissociável da luta pela construção em Portugal de uma sociedade socialista, «correspondendo – como sublinhava Álvaro Cunhal – às particularidades nacionais e aos interesses, às necessidades, às aspirações e à vontade do povo português – uma sociedade de liberdade e abundância, em que o Estado e a política estejam inteiramente ao serviço do bem e da felicidade do ser humano».

Comemorar o 25 de Abril é defender todas as suas conquistas, nomeadamente o Poder Local democrático, uma das mais importantes conquistas de Abril que aproximou o poder do povo e permitiu que este passasse a ter uma maior participação na definição das políticas locais.

Minhas senhoras e meus senhores,

Tal como aconteceu com outras conquistas da Revolução de Abril, o Poder Local democrático tem sido atacado e enfraquecido pelos sucessivos Governos



do PS, do PSD e do CDS através de anos de políticas de direita e de contra-revolução com o objectivo de não por em causa os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros.

Valorizando todas as conquistas alcançadas com a Revolução de Abril, nomeadamente a liberdade de organização política e a liberdade de expressão, cabendo a cada força política decidir livremente o que dizer em cada momento sem qualquer imposição ou condicionamento, e estando nós a falar no Poder Local democrático, não poderíamos deixar de fazer referência ao Projecto de Lei do PS sobre a descentralização administrativa do Estado, actualmente em discussão na Assembleia da República, que pretende legislar sobre a transferência de competências para as autarquias locais e que, em nosso entender, não corresponde às aspirações das populações nem responde à necessária regionalização defendida pelo PCP.

O PCP e a CDU sempre pugnaram por mais competências para as autarquias locais, como comprovam as várias iniciativas parlamentares, tendo a última sido apresentada na Assembleia da República no passado dia 10 de Março.

A descentralização administrativa que preconizamos é a que consta no texto da Constituição da República Portuguesa e tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos, é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação popular e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido, à luz do principio da subsidiaridade e complementaridade, como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.



Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas Comunidades Intermunicipais ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das milhares de freguesias retiradas às populações pelo Governo PSD/CDS, como acontece aqui em Loulé com as freguesias de Querença, Tôr e Benafim.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Em nossa opinião e a nossa luta ai se insere, vai no sentido de:

Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.

Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas, vulgarmente designado por regionalização, enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.

Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.

Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

Neste sentido, a CDU reafirma a sua oposição às decisões da Câmara

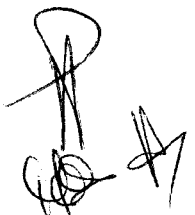
Municipal de Loulé de assumir responsabilidades em matéria de competências que são do poder central, como são a educação, a saúde ou a segurança, principalmente num momento em que o processo de descentralização de competências se encontra em discussão na Assembleia da República, sendo que a manter-se como anunciado pelo PS serão mais uma vez os trabalhadores e as populações a sofrer no futuro as consequências das más opções do Partido Socialista.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tal como em muitas câmaras municipais deste país, nomeadamente em Silves onde a CDU recuperou a maioria absoluta nas últimas eleições autárquicas e onde os resultados estão à vista, também aqui em Loulé, nas próximas eleições autárquicas, que se realizarão no dia 1 de Outubro, a CDU está pronta para assumir todas as responsabilidades que os trabalhadores e a população nos entendam atribuir com o seu voto e o seu apoio, com a certeza que os partidos não são todos iguais e que o trabalho, a honestidade e a competência são valores que estão sempre presentes na CDU.

Queremos mais uma vez reafirmar que o nosso compromisso é com os trabalhadores, o povo e o país e que a população de Loulé pode continuar a contar com o PCP e a CDU.

Viva a luta dos trabalhadores e das populações!
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal – Dr Adriano Pimpão
Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Loulé – Dr Vitor Aleixo
Exmos Srs Vereadores
Exmos Srs Deputados Municipais
Exmo Público

Se podemos hoje usufruir em plenitude um dos valores mais inquestionáveis - a Liberdade - tal se deve à geração dos meus pais e, ao celebrar o 25 de Abril, importa reconhecer o papel de todos os que ontem batalharam pela Liberdade, com a consciência que nos compete a nós, hoje, defender e preservar os valores do 25 de Abril.

É crucial que os valores do 25 de Abril se mantenham atuais e duradouros, numa altura que o mundo dá provas de muita inquietação, é importante que nós continuemos a lutar todos os dias pela nossa liberdade!

É crucial, para o bem da nossa democracia, que não exista receio por parte dos cidadãos em participar ativamente na vida política. Que as pessoas não tenham medo de dar a cara e envolverem-se de corpo e alma em projectos políticos, defendendo os valores em que acreditam e, sem qualquer tipo de limitações, poderem assumir uma oposição construtiva.

Loulé deve dar o exemplo!

Passados mais de 40 anos de liberdade, devemos dar o exemplo!

Não pode haver pessoas com medo de dar a cara por um partido com receio de sofrer represálias!

Não pode haver pessoas com medo de apoiar uma candidatura com receio de não ser reclassificada por parte do executivo camarário!

É intolerável haver pessoas com medo de pertencer a uma lista com receio de perder o seu emprego!

Se pactuarmos com estas situações, corremos o risco de todo o esforço realizado pelos nossos antepassados ter sido feito em vão! Seremos os responsáveis de, pouco a pouco, haver cada vez menos pessoas a praticar uma cidadania ativa, e acabaremos por entregar o país a pessoas sem capacidade, sem visão, o que será prejudicial para Portugal e para todos os Portugueses!

É nossa obrigação incentivar as pessoas a participarem ativamente na vida política!

Não quero deixar de realçar aqui, na Assembleia Municipal, a importância do Poder Local Democrático, outra conquista de Abril. Numa altura em que se aproximam mais umas eleições autárquicas, este é o momento para valorizar a liberdade que nos permite expressar a nossa opinião, sem represálias e a possibilidade de participar na construção de uma comunidade mais próspera e mais justa.

Liberdade essa que deve ser, de uma vez por todas, também efetivada por parte dos diferentes governos, dando cada vez mais poderes às camaras municipais, para que estas possam dar mais poderes às diferentes juntas de freguesia.

Só com uma efetiva descentralização, aproximando cada vez mais os órgãos de poder local dos municípios, poderemos alcançar a verdadeira liberdade, onde os eleitos - não dependendo de outros círculos de poder e vontades políticas distanciadas da realidade de cada autarquia e de cada junta de

freguesias -, só com a descentralização de competências e dos respetivos orçamentos, os eleitos poderão estar mais próximos dos eleitores e poderão servir melhor os cidadãos.

Descentralização não é apenas municipalização!

O actual governo continua no processo de municipalização herdado pelo antigo executivo. Pretende-se entregar às autarquias cada vez mais responsabilidades e obrigações, quando na maioria das vezes as autarquias não têm capacidade financeira, nem pessoal, nem técnica para realizar efectivamente um bom trabalho.

Veja se o exemplo das auxiliares de educação das escolas. Dum dia para o outro, as autarquias receberam centenas de funcionários e com isso, todas as responsabilidades inerentes.

No entanto o real problema, é que na maioria das escolas, falta pessoal não docente, mas que devido às restrições monetárias das autarquias, estas estavam impedidas de contratar mais pessoal, o que provocou inúmeros problemas, que infelizmente eram praticamente impossíveis de resolver e que prejudicam seriamente não só os alunos, mas toda a comunidade escolar.

Impõe-se que este tipo de alterações se baseie num modelo em que mais competências devem corresponder ao reforço orçamental necessário. E impõe-se a coordenação da ação entre governo e autarquias , para que não se criem mais problemas, em vez de soluções.

Porém, é urgente, repensar o projeto de descentralização. Efectivamente, a solução da reforma administrativa e política passa inevitavelmente por uma verdadeira regionalização!

O movimento em defesa da reforma das administrações locais e da criação de um poder regional surgiu da vontade em modernizar os sistemas administrativos caducos e de reagir contra certas tendências para a centralização.

Após a criação das Regiões Autónomas da Madeira e Açores, as regiões administrativas para o Continente, previstas desde 1976 na Constituição, não foram ainda instituídas.

O Algarve, como já foi inúmeras vezes defendido, pode e deve ser a região piloto, o modelo da futura regionalização.

Assim os algarvios, finalmente teriam a liberdade de escolher os seus projectos, identificar os seus desejos e, projectar o futuro de uma forma sustentada!

Veja-se a novela das portagens da via do infante. CCDR, Assembleias Municipais, Câmaras Municipais, todas estas entidades já votaram por unanimidade a alteração desta situação e no entanto não tivemos qualquer resposta por parte do Governo.

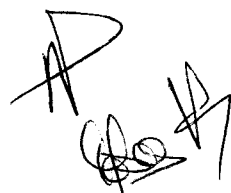
Acredito plenamente que nenhum Algarvio aceite que, no estado caótico que está a estrada nacional 125, a A22 - a famosa via do infante- continue a ser portajada.

Veja se o caso do hospital central do Algarve, falado de 4 em 4 anos por todos os candidatos a primeiro-ministro, que até hoje não passa de uma utopia.

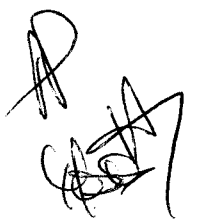
É tempo de, verdadeiramente, as pessoas se sentirem como parte deste projecto que é Portugal! A regionalização era sem dúvida um grande passo nesse caminho.

Viva ao 25 de Abril

Viva Portugal



Viva Loulé

Handwritten signature or initials in the bottom right corner, consisting of several overlapping, stylized strokes.



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal,
Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores,
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Exmas. Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Autoridades Civis e Militares presentes;
Senhoras e Senhores Jornalistas,
Caras e caros Louletanos,

O dia de hoje é e deve ser sempre a homenagem devida ao 25 de Abril – o Dia da Liberdade do Povo Português. Prestar homenagem à liberdade é dar importância a um valor que nunca podemos considerar definitivamente adquirido.

A Liberdade, como todos sabemos, constitui um pilar essencial da Democracia.

Os valores fundamentais da Democracia são os que se referem aos direitos individuais à vida, à liberdade e propriedade; ao respeito pelo bem comum, à igualdade de oportunidades, à equidade na justiça e à qualidade de vida.

O que o 25 de Abril nos ensina, é de que a liberdade é para todos.

Há no entanto em Portugal quem se esqueça destes valores, e de tudo o que ela significou e significa para o povo Português, menosprezando e ignorando os valores e direitos conseguidos.

A ideia fundamental da liberdade cívica é a convicção profunda de que os direitos humanos não dependem do Estado, mas é ao

Estado que cabe a responsabilidade de os aceitar e acima de tudo proteger.

Nos últimos 43 anos, Portugal conheceu um processo de democratização sem precedentes, a Revolução de 25 de Abril mudou decisivamente o panorama político português, as mudanças ocorridas, pelo seu significado e pelo que efectivamente representaram no tecido económico e social do país, foram incomensuráveis.

Cada um de nós tem de assumir a responsabilidade daquilo que diz e daquilo que faz m nome da liberdade.

Por vezes, infelizmente, vemos que isso não sucede, e vemos que aqueles que falam e escrevem em total liberdade não possuem o mínimo sentido de responsabilidade e de respeito pelos outros.

Parece que nem se dão conta, ao fazerem o que fazem, que estão a coarctar a liberdade dos outros, manifestando um total desprezo pela mesma liberdade que lhes permite dizer o que dizem, escrever o que escrevem, e decidir o que decidem – a liberdade que, tantas e tantas vezes, afirmam defender sem concessões.

É por isso, e por todos os outros obstáculos que a liberdade encontra diariamente e que encontrará sempre pelo caminho – criados por quem não a respeita, nem conhece o seu significado – que a memória do 25de Abril deve ser continuamente invocada e celebrada.

Nós, que tivemos o privilégio de viver em liberdade, somos os fieis depositários dessa herança, e cabe-nos o papel de defender essa mesma liberdade até às últimas consequências e bem assim também de contribuir diariamente para o seu aperfeiçoamento.

Porque a LIBERDADE, como bem sabemos, não nasce connosco – CONQUISTA-SE.

Celebramos o 25 de Abril, neste dia de 25 de Abril de 2017, sem uma figura histórica que marcou Portugal pelo “permanente combate, pela coragem e pela vontade”, Mario Soares,

MARIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES, o Pai da Democracia Portuguesa, defensor da democracia e da liberdade.

Quem olhar para os últimos 50 anos da história de Portugal vai encontrar sempre Mário Soares: no ataque à ditadura, na libertação democrática, na resistência ao comunismo, na opção europeia, na solidez democrática. Foi, nos momentos decisivos, o líder de que Portugal precisava – e é por isso que hoje o país e o 25 de Abril lhe deve muito.

MARIO SOARES ESTARÁ SEMPRE ASSOCIADO AO 25 DE ABRIL E AO PARTIDO SOCIALISTA, QUE NUNCA O ESQUECERÃO.

Passaram já quatro décadas sobre o 25 de Abril.

Durante este tempo alicerçaram-se as instituições do regime democrático onde o Poder Local sobressai como A grande conquista de Abril.

Foi e é o Poder Local – Camaras Municipais e Juntas de Freguesia – que mais perto esteve e está do povo, sente as suas aspirações e anseios, escuta as suas propostas, houve as suas criticas, e com ele coopera no encontro de soluções.

O Poder Local foi, é, e continuará a ser o principal motor de mudança e do desenvolvimento no Portugal Democrático.

Foi e é o Poder local que desbravou e desbrava estradas e caminhos, criou e cria equipamentos que garantem o bem-estar e melhor qualidade de vida às populações, implanta infra-estruturas que sustentam o investimento, leva o desporto e cultura aos cidadãos.

É e foi o Poder local que lutou e luta pela valorização das tradições, dos valores locais, apoia as instituições, organismos sociais, culturais, desportivos e recreativos.

É o Poder local que mais aproxima os portugueses da Democracia e das Instituições.

Por isso, os Governos devem olhar as Autarquias e os Autarcas, como instituições e gentes que superam as suas forças e recursos para garantirem mais e melhor qualidade de vida e desenvolvimento às populações.

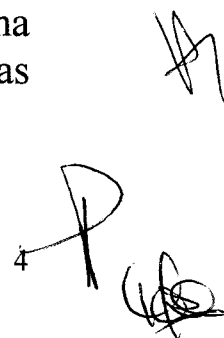
Os tempo de hoje não se compadecem com burocracias pesadas que consomem tempo e energias, que desperdiçam recursos a todos os níveis.

Os autarcas são os melhores gestores da causa pública e dos meios que são colocados à sua disposição para bem servir os eleitores e as suas populações.

Os autarcas com toda a certeza continuaram a missão de Abril de governar com verdade e rigor, em respeito pelos valores da cidadania, é este o nível de actuação política que lhes exigimos e é com este nível de actuação política, ética e responsabilidade que eles nos governam.

É pois tempo de encarar Portugal no seu todo, é tempo de olhar para a frente, é tempo de olhar para o futuro.

Passaram-se 41 anos, até que em Outubro de 2015 a Democracia recentrou os seus princípios constitucionais, e pôs cobro de forma constitucional aos desvaneios de uma Direita Liberal, de políticas contrárias ao espírito do 25 de Abril.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'P' followed by a flourish, and there are some other scribbles below it.

O Povo falou, falou em nome da Liberdade, em nome do 25 de Abril, foi tempo de dizer basta, basta de notícias tristes que dão eco a mais sobrecargas fiscais, económicas, sacrifícios, foi tempo de relembrar àqueles os princípios de Abril, era preciso retomar a nossa vitalidade, a nossa força, a nossa esperança.

Afinal havia outro caminho, um caminho bem definido e diferenciado da outra governação, o que era impossível, inatingível, utopia, verificou-se possível, superando todas as expectativas.

Caminhos diversos na filosofia, nos princípios e na prática política.

É olhar agora para a forma como Portuguesas e Portugueses estão a viver a saída de uma crise, que sofreram sacrifícios, cortes, penalizações, adiaram sonhos e congelaram projectos de vida, filhos que voltaram para a casa dos pais, avós que receberam filhos e netos.

Aqui e agora, já não há uma população que sofre.

Aqui e agora, já não há tantos desempregados.

Aqui e agora, já não há empresas a fechar e declarar insolvência.

Aqui e agora há mais apoios às instituições sociais e na sua ajuda aos Portugueses e às famílias mais desfavorecidas.

Aqui e agora há milhares de jovens portugueses a regressarem a Portugal.

Aqui e agora, há mais investimento na saúde e na educação, pois há quem perceba que o desenvolvimento do País não se faz desprezando o valor económico das nossas empresas, da nossa agricultura, do potencial do nosso mar, da importância do

conhecimento e da formação, e da emigração dos nossos jovens e quadros técnicos e superiores

Aqui e agora, renasceu de novo a ESPERANÇA.

Elas e Eles foram os grandes vencedores sobre a crise, a elas e eles, Portuguesas e Portugueses a minha saudação especial e sentida vénia.

Para aqueles que nos devem governar, especial atenção a que o possível seja suficiente, e mais do que isso, SEJA BOM PARA PORTUGAL.

Saibamos todos nós, honrá-los e servi-los, os Portugueses, olhando para o exemplo dos mais simples e humildes. Do Povo que é a verdadeira origem do poder.

o 25 de Abril é hoje, amanhã e sempre!

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Viva o Poder Local!

Viva Loulé!

Viva Portugal!

Intervenção
Presidente da CM Loulé

Intervenção na Assembleia Municipal
Sessão Comemorativa dos 43 anos do 25 de Abril
25.04.2017

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal

Exmos Senhores Deputados Municipais

Exmos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia presentes

Demais convidados a esta cerimónia solene comemorativa do 43.º aniversário do 25 de Abril de 1974...

Amigos, Cidadãs e Cidadãos deste Município, que se mantêm fiéis às comemorações deste dia ocorrido há 43 anos e que gerações sucessivas têm pugnado por lhe dar um relevo através de um forte cunho participativo, bem revelador de que o 25 de Abril tem sido capaz de se refazer e refundar naquilo que são os pilares da sua sustentação e da consolidação do sistema político que originou.

Daí que seja impossível celebrar um aniversário do 25 de Abril sem nos referirmos a esses pilares fundamentais que identificam as sociedades livres e, conseqüentemente, sem referir a dimensão 'LIBERDADE'.

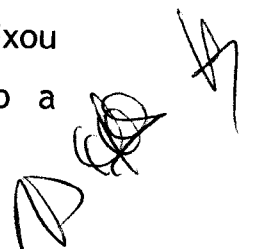
Handwritten signatures and initials

É sem dúvida a **Liberdade**, esse valor universal que o 25 de Abril nos trouxe, que deve ser justamente lembrada e defendida, o que faço aqui, nesta cerimónia, de forma muito consciente. Porque, para mim, a Revolução de Abril foi um tempo intensamente vivido por dentro, que continua muito presente na nossa memória, como se de um ecrã aberto diante dos nossos olhos, permitindo-nos continuamente rever imagens desse período tão importante e decisivo do Portugal Contemporâneo, se tratasse.

Estou certo que estão nesta sala e nesta assembleia política mais pessoas que tiveram o privilégio de presenciar e vivenciar esse tempo histórico...

Mas não menos certo é o facto de que uma larga faixa dos presentes a esta cerimónia não teve a possibilidade e, devo acrescentar, a felicidade de poder assistir aos diversos acontecimentos que ocorreram e que criaram a nova ordem político-social que conhecem.

Assim, a nossa obrigação, a minha obrigação, é a de, em pelo menos neste tempo breve que anualmente nos visita, deixar este registo, à semelhança do que fez esse grande mestre que foi Fernão Lopes que, na sua Crónica d'El Rei D. João, procurando recriar a realidade deixou escrito: *'ora esguardae como se fossees presente'*, registando a memória viva e precisa dessa revolução de 1383-85.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

É o que esta cerimónia acaba por propiciar e quero, por isso mesmo, endereçar os meus parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Prof. Adriano Pimpão, por há 3 anos ter reiniciado um novo ciclo de comemorações que mantém a ligação e a afetividade a um período da nossa história que jamais deverá ser esquecido.

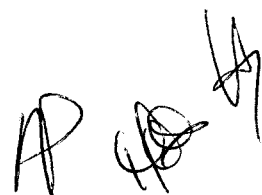
Porquanto, meus caros amigos, para aqueles que viveram num País asfiziado, atrofiado, fechado, como era aquele no tempo da ditadura fascista, temos que reconhecer que Portugal é hoje um País livre. Tão livre que alguns nem sabem reconhecer o valor desse bem inestimável que é a Liberdade.

Recordo Jorge de Sena que, num poema político escrito em Dezembro de 1956, intitulado 'Quem a tem...', escreveu

*Não hei-de morrer sem saber
qual a cor da liberdade.*

*Eu não posso senão ser
desta terra em que nasci.*

*Embora ao mundo pertença
e sempre a verdade vença,*

Handwritten signature of Adriano Pimpão, consisting of three distinct parts: a large 'AP' monogram, a smaller signature, and a final flourish.

*qual ser livre aqui,
não hei-de morrer sem saber.*

*Trocaram tudo em maldade,
é quase um crime viver.*

*Mas, embora escondam tudo
e me queiram cego e mudo,
Não hei-de morrer sem saber
qual a cor da liberdade.*

Vivemos hoje, sem dúvida, num País muito diferente...

Diria mesmo que, em quatro décadas, o salto qualitativo no nosso desenvolvimento é quase oceânico.

Mas reconhece-se que há sempre quem tenha perspetivas que se afastam desta constatação.

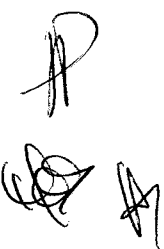


Reconhece-se que pode haver sempre pontos de vista diferentes. E essas diferenças podem advir ou da conceção que cada um tem do Mundo, do Homem e da Sociedade; ou por uma outra qualquer atitude moral ou política que se expressa nas tomadas de posição de cada um.

Digo isto porque, na verdade, é preciso ler os sinais que nos vão chegando dos estudos, dos ensaios e análises sobre o 'estado da arte' das 'democracias' e sobre as realidades políticas que sobretudo na Europa nos causam inquietação.

Relembro que no mês julho de 2016, dois investigadores políticos que dão pelo nome de Robert Stefan e Yascha Mounk publicaram no *Journal of Democracy* um artigo - '*The danger of deconsolidation*' - no qual colocam em evidência que mesmo nos países com uma democracia dita madura, ao contrário do que muitos pensam, ela-própria não está segura, denotando muitos sinais de perigo na sua consolidação.

Relembro, também, que ainda recentemente o '*Economist Intelligence Unit*', no seu *Democracy Index* relativo a 2016, colocava Portugal no grupo da democracias imperfeitas com um resultado de 7,86 em 10 pontos possíveis, resultado esse obtido tendo por base 60 indicadores, detetando-se nesse trabalho as várias e significativas falhas que observa a democracia portuguesa ao nível da cultura política, dos níveis de participação política e dos problemas no funcionamento da governação.



Não vivemos, pois, num mundo em que a democracia não possa ser discutida e não deve ser discutida e sobretudo que não se esteja atento à evolução e formas de interpretar a sua aplicação seja a nível político, social ou económico,

Aliás, um dos elementos caracterizadores do estado da democracia tem certamente a ver com as lógicas de tomada de decisão que, no nosso País, sempre se encontram bem ancoradas na tradição napoleónica do Estado o que, no meu entendimento, inibe a elevação da qualidade da nossa democracia e, conseqüentemente, a qualidade das políticas e dos seus executores.

Ora, quer-me parecer que o atual Governo quer contrariar essa lógica com as suas mais recentes propostas ao nível da descentralização política.

Sr. Presidente da Assembleia e senhores deputados municipais,

Muito por causa de todos factos e evidências que atrás tive oportunidade de elencar/destacar, considero como muito oportuno a





escolha do tema que se constitui nuclear nesta cerimónia: a **descentralização**.

Refletir sobre a 'descentralização política', as suas vantagens, virtudes e consequências trata-se, neste preciso momento, de antecipar e preparar os governos locais para as tarefas que numa série de domínios que passam pela educação, saúde, gestão do território, cultura, património, habitação, ação social e áreas portuárias passam a ser da sua competência.

Por conseguinte, enquanto autarca quero deixar nesta cerimónia a minha opinião registada.

Diria, antes de mais, que esta política em favor da descentralização de competências colhe um conjunto de argumentos na prossecução dos objetivos de eficácia, eficiência e responsabilidade dos quais salientaria três:

- **Um primeiro** que se prende com uma maior eficácia quer quanto à definição das necessidades, quer no que respeita à gestão dos recursos e na resolução dos problemas, porquanto esta tarefa é confiada pelo

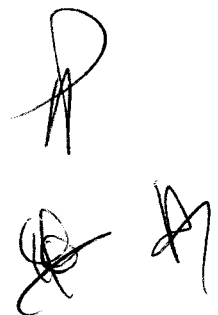



poder central às instituições locais que, graças à sua proximidade com as populações, possuem um melhor conhecimento das situações e estão em melhores condições de encontrar soluções rápidas, isto é, e fazendo uso das palavras do Prof. Baptista Machado: *'a instância superior não deve chamar a si senão aquelas tarefas que a instância inferior não tem capacidade para levar a cabo por iniciativa e ação próprias'*.

Na prática, este argumento de eficácia reflete ao mesmo tempo a desconfiança que existe na capacidade do Estado em corresponder, em tempo útil e satisfatório, às exigências de um público cada vez mais exigente nas diferentes matérias que a proposta de Lei consagra e que ainda há pouco fiz menção.

- Um **segundo** argumento que se liga à promoção de uma maior participação dos cidadãos, fundamentalmente nos assuntos que mais diretamente lhes dizem respeito.

Aqui, é notória a tentativa de estabelecer abertamente uma relação estreita entre 'descentralização' e 'democracia'.

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large stylized signature, a smaller signature, and a set of initials.

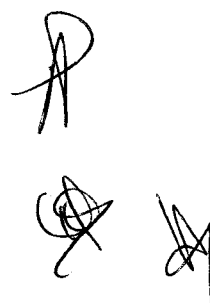
- Um terceiro argumento inscreve-se na perspetiva de uma melhor adequação da organização do sistema às particularidades locais e regionais, dentro das quais as autarquias assumem uma posição e uma dimensão política de destaque. Trata-se de dar conteúdo à diferença e às culturas locais e regionais ou de promover a direção baseada no lugar.

É óbvio que existem muitas outras variáveis que devem ser consideradas quando o Estado Central descentraliza competências para o Local.

Os recursos financeiros podem vir à cabeça e daí a necessidade de adequação desta nova realidade à Lei das Finanças Locais.

Mas outros se tornam evidentes como sejam a capacidade organizativa e a especialização necessária a uma maior abrangência de matérias que envolve as autarquias locais, municípios e freguesias e as comunidades intermunicipais.

É um debate que só agora começa a fazer o seu caminho.



Mas é um debate e uma realidade que só é possível porque o 25 de Abril para tal criou as condições necessárias e, por isso, temos que voltar ao ponto de partida desta intervenção.

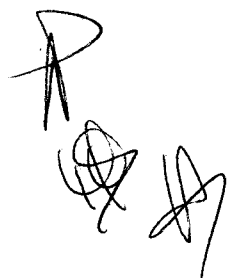
É saudável que, 43 anos decorridos desde a Revolução dos Cravos, estejamos a falar da organização do Estado, da partilha de competências e responsabilidades nos vários níveis do Estado Democrático.

Certamente que, sem o 25 de Abril, tais conceitos não estariam neste cenário político que aqui honramos, como não discutiríamos muitas outras matérias, nem teríamos um poder local forte e com voz para o qual todos contribuímos e que, no limite, contribui decididamente para uma democracia reforçada o que, estou convicto, configura um objetivo comum e ambicionado por todos os presentes nesta sala.

Grato a todos.

Viva o 25 de Abril!

VA

Handwritten signature or initials in black ink, consisting of a large 'R' followed by a circular scribble and a final flourish.

